

Constituinte tira sindicatos do controle do Estado

BRASÍLIA — Promulgada a nova Constituição, o Estado não poderá mais fazer qualquer tipo de intervenção nos sindicatos urbanos e rurais. A Constituinte pôs fim ao atrelamento das organizações sindicais ao Ministério do Trabalho, que existia no Brasil desde que o presidente Getúlio Vargas, inspirando-se no "Carta del Lavoro", da Itália fascista de Benito Mussolini, elaborou a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho. Pelas regras aprovadas na sessão de ontem, os sindicatos passarão a ter ampla autonomia para sua criação e funcionamento. "Foi um avanço de mil por cento", comemorou o deputado Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente nacional da CUT — Central Única dos Trabalhadores. Antes de votar as regras sindicais, a Constituinte aprovou os prazos para a prescrição das ações trabalhistas. Os trabalhadores urbanos terão um limite de até dois anos após a extinção do contrato de trabalho. A ação poderá tratar de uma lesão ocorrida nos últimos cinco anos. Já os trabalhadores rurais, terão um mecanismo mais complicado: a cada período de cinco anos, empregador e empregado comprovarão na Justiça o cumprimento das obrigações trabalhistas. Se discordar, o trabalhador rural terá um prazo de cinco anos para recorrer.

Greve — O plenário, porém, adiou a votação dos artigos que regulamentam o direito de greve. Os conservadores manobram para esvaziar o plenário. O deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) chegou a espalhar o boato de que os aviões entrariam em greve às 18h, causando temor entre os parlamentares

de que faltasse avião para voltar aos estados no fim de semana. A intenção era evitar a discussão do texto aprovado em primeiro turno, que prevê o pleno direito de greve, inclusive para os funcionários públicos e para os que prestam serviços essenciais (telecomunicações, transporte, água, luz, serviços hospitalares e públicos).

A pedido do deputado Inocêncio de Oliveira (PE), vice-líder do PFL, a maior parte de sua bancada negou-se a votar uma emenda que restringia o pleno direito de paralisação. Os conservadores, ligados ao Palácio do Planalto, conseguiram com a manobra, a suspensão da sessão por falta de quorum (são necessários 280 votos para votação). Até as 16h da próxima segunda-feira, quando a Constituinte volta a se reunir, os líderes partidários tentarão um acordo. Além de restringir a greve, os conservadores querem proibir a nos serviços essenciais.

Autonomia — Atualmente, só o Ministério do Trabalho pode permitir a formação de um sindicato. Com as novas regras aprovadas, basta os trabalhadores decidirem formar um sindicato e registrá-lo em cartório para ele ter existência legal. A segunda consequência do desatrelamento dos sindicatos ao Estado é a impossibilidade de intervenção em suas atividades. Assim, nenhuma diretoria poderá ser deposta, como aconteceu com a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de Campo, presidida por Luis Inácio Lula da Silva, em 1978.

O poder de negociação dos empregados cresceu também porque a Constituinte permitiu, com as novas regras, a for-

mação de sindicatos unificando uma mesma categoria de cidades diferentes. Assim, será possível, por exemplo, a formação de um sindicato único dos metalúrgicos do ABC paulista.

Imposto — "Já estava na hora de oxigenarmos a estrutura sindical brasileira", disse o deputado Olívio Dutra (RS), presidente nacional do PT. Ele comemorava uma nova atribuição conquistada pelos sindicalistas: além dos interesses coletivos, os departamentos jurídicos dos sindicatos passarão a defender também os interesses individuais de seus associados. Os conservadores tentaram retirar esta função da nova Constituição, mas foram fragorosamente derrotados. A emenda foi mantida por 311 votos contra apenas 79. Com isso, os sindicatos poderão defender, por exemplo, litígios com o BNH.

Apesar de todas estas inovações, os sindicalistas não conseguiram mudar as regras de distribuição do imposto sindical, recolhido automaticamente em cima dos salários de todos os trabalhadores no mês de março. Além das cotas fixas para os sindicatos, federações e confederações, o Ministério do Trabalho fica com 20% do total. A partir de uma interpretação das novas regras, Paim acha que esta cota passará para as federações, porque o Estado não pode ter qualquer tipo de interferência nos sindicatos. A Justiça decidirá essa questão.

Embora ainda vá votar um artigo que trata da formação de sindicatos, a Constituinte já aprovou a unicidade sindical. Assim, só será permitida a formação de um único sindicato numa mesma base territorial.

Belgo reage com automação

BELO HORIZONTE — O presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Hans Schlacher, informou que, em função da aprovação do turno de revezamento de seis horas, sua empresa aumentará os investimentos em automação de processos de trabalho e racionalizará o uso de mão-de-obra. "Eliminando o revezamento onde essa condição de jornada não é uma exigência essencial", Schlacher, que é presidente da Associação das Siderúrgicas Privadas (ASP), previu que a medida vai dificultar a privatização das siderúrgicas estatais.

"Isso por que essas companhias, com os seus custos onerados, certamente não serão atrativas e não poderão ser absorvidas por outras empresas já existentes", diz a nota divulgada pela Belgo-Mineira, ao justificar a opinião de seu presidente. A empresa com 7.600 empregados na aciaria de João Monlevade, no Vale do Aço, e nas trefilarias de Sabará e Contagem, ambas na região metropolitana de Belo Horizonte, já prevê dificuldades, em função direta da mudança voltada pela Constituinte, que reduziu a jornada de revezamento de oito para seis horas.

Dificuldade — "Com um aumento de 25% no custo da mão-de-obra que reveza turno — isso porque será necessária mais uma turma — teremos sérias dificuldades no mercado externo, que hoje absorve 25% a 30% das linhas de nossos produtos. O acréscimo do custo poderá até mesmo inviabilizar a exporta-

ção. Por consequência, a produção será menor e também será reduzido o nível de emprego", diz ainda a nota da Belgo-Mineira. Atualmente, 45% do pessoal que emprega trabalham em turnos de revezamento. Na opinião da diretoria, os empregados também não ficarão satisfeitos com a decisão constitucional, porque "o salário mensal será reduzido em 21%. Da mesma forma, cairá o nível médio do salário dos metalúrgicos".

O secretário de Indústria, Comércio e Mineração de Minas, Luiz Ricardo Goulart, que é presidente da Fundação de Desenvolvimento do Uso do Aço (Funaço), disse que "as siderúrgicas vão caminhar para uma automação e demitir em larga escala. Ao mesmo tempo, isso poderá induzir a indústria a um processo acelerado de modernização, que, indiretamente, aumentará a competitividade internacional", acrescentou o presidente da Funaço, entidade criada este ano para defender o lobby das siderúrgicas de Minas e que reúne, além da Belgo-Mineira, a Mendes Júnior, Pains, Itauense, Lafersa, Açominas, Usiminas e Acesita.

O presidente da Acesita, Maurício Hasenclever, acha que, na prática, os trabalhadores pressionarão os sindicatos a fecharem acordos com as empresas e será mantido o turno de revezamento de oito horas, sendo duas horas extras. "Os empregados tinham que pedir, isso sim, era a redução da jornada. Ganhariam bem mais por aí", comentou.

Petrobrás avalia turnos diferentes

A Petrobrás ainda não tem idéia de como cumprir o turno de seis horas de trabalho, aprovado antontem pela Constituinte, mas é certo que a solução, passará pela negociação salarial, pois as plataformas de petróleo não dispõem de espaço físico para dobrar o número de empregados, sendo impossível, também, o retorno a terra diariamente.

O chefe do serviço de relações industriais da empresa, Flávio Chaves, revelou que o primeiro passo será avaliar os reflexos sobre as atividades da empresa, pois os funcionários têm turnos diferentes. Nas áreas confinadas, como as refinarias, os turnos são de oito horas, mas nas plataformas somam doze horas.

Os petroleiros iniciam as negociações do dissídio da categoria, na próxima semana. Na pauta de reivindicações, reposição salarial de 220% (desde o Plano Cruzado) e aumento real de 10%, o que totaliza 252% de reajuste. Já ganharam, de antemão, o turno de seis horas.

Flávio Chaves lamentou a perda de funcionários, que no mês de julho chegou a 200, o dobro da média mensal do ano, de 100 empregados, a maior parte por aposentadoria. Estes funcionários não são substituídos elevando o déficit para 1.700 empregados, assunto que vem sendo discutido pela direção da empresa junto ao governo.

'Jeitinho' dá mais rapidez ao 2º turno

BRASÍLIA — Com o apoio do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes de partidos encontraram um jeito para acelerar os trabalhos driblando o regimento, que só permite supressões ou correções no segundo turno. Quando entram em acordo sobre um ponto polêmico, os líderes redigem novo texto e Ulysses põe a emenda em votação, sem se incomodar com os protestos.

"Assumo essa responsabilidade. Sirvo ao meu país e à Constituinte", justificou Ulysses, ao ser questionado pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, sobre a emenda que acabou com a polêmica da imprescritibilidade das causas trabalhistas no campo. Os líderes haviam feito um acordo que modificou o texto do primeiro turno.

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) disse que a decisão de Ulysses, de acatar os acordos de lideranças em prejuízo do regimento interno da Constituinte, não tem "qualquer amparo legal". O deputado Oscar Correa (PFL-MG) acha que se abriu um precedente perigoso, mas ressaltou que "o que foi modificado para melhor será lucro".

Muitos parlamentares, porém, aplaudem o endosso que Ulysses deu ao jeitinho encontrado pelos líderes para solucionar os impasses. "Ficar preso na camisa-de-força do regimento é prejudicial. Além do mais, pode-se interpretar estas emendas, que os descontentes chamam de modificativas e anti-regimentais, como emendas de correção de linguagem, de acerto de contradição", disse o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), relator-adjunto da Constituinte.



Mozarildo (E) espalhou o boato da falta de aviões

Brasília — Moreira Mariz